



Eixo: Classes sociais, geração e Serviço Social.

Sub-eixo: Adolescência.

A EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL E NA FRANÇA: CONCEITOS, TENDÊNCIAS E APROXIMAÇÕES

ALANA ANDREIA PEREIRA¹

Resumo: Esse trabalho é resultado de estudos realizados durante o curso de mestrado profissional na França. O objetivo do estudo foi problematizar a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil e na França. O método envolveu a revisão bibliográfica de autores brasileiros, duas entrevistas durante estágio de observação com profissionais francesas de instituições que trabalham com a violência sexual, como também foi feito o estudo de documentos franceses sobre o tema. Por fim apresentamos elementos analíticos que expressam um deslocamento da essência do fenômeno que reside na “questão social” e que só poderá ser superado pela via da emancipação humana.

Palavras-chave: Exploração Sexual; Prostituição; Criança; Adolescente.

Abstract: This work is the result of studies carried out during the professional master's degree course in France. The goal was to problematize the sexual exploitation of children and adolescents in Brazil and France. The method involved the bibliographic review of Brazilian authors, two interviews during the observation stage with French professionals from institutions working with sexual violence, as well as the study of French documents on the subject. Finally, we present analytical elements that express a displacement of the essence of the phenomenon that resides in the "social question" and that can only be overcome by the human emancipation.

Keywords: Sexual Exploitation; Prostitution; Child; Teenager.

1 INTRODUÇÃO

Iniciamos ponderando sobre o uso do termo Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) no Brasil, trabalhando com o polêmico debate da prostituição e do trabalho sexual, visando a compreender historicamente os motivos que levaram a ruptura com o termo prostituição infanto-juvenil.

Posteriormente debatemos a questão na cena francesa, perpassando por alguns elementos mundiais, pois a partir de alguns congressos e eventos

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <alana.aap@gmail.com>

mundiais convencionou-se o uso do termo ESCCA. Aparentemente a busca pela mudança seria para garantir a promoção da proteção das crianças e dos adolescentes, desarticulando a ESSCA da prostituição.

Esse desvio, notoriamente, busca tratar crianças e adolescentes como vítimas, já os adultos seriam sujeitos que escolhem em liberdade, a base para tal sustentação exprime que o trabalho sexual atualmente não estaria atrelado a condição de pobreza.

Trabalhamos ainda com recorte classista e de gênero, ou seja, entendemos a ESCCA como proveniente de uma sociedade classista, patriarcal e machista. Tal afirmação é feita mediante dados que comprovam a inferiorização do feminino nas sociedades de classes, bem como o fato de a prostituição, tanto sendo tratada como trabalho social ou como exploração sexual, ser majoritariamente vivenciada por mulheres, o que resvala na condição de meninas, moças e mulheres, incidindo assim massivamente na vida das filhas da classe trabalhadora (PEREIRA, 2015).

A partir desses elementos analíticos, pretendemos contribuir demonstrando que a prostituição, ainda que, não esteja atrelada a pobreza, ainda é expressão da “questão social” que surge do embate entre capital e trabalho, pois mesmo que fosse entendida como trabalho sexual, seria um trabalho explorado.

Adentrar tal polêmica, embebida de valores, moralismo e preconceito, faz com que as conquistas de direitos sociais nesse campo sejam ainda mais morosas e custosas que nas demais áreas. No caso da exploração sexual de crianças e adolescentes, a questão se torna ainda mais complexa, tendo em vista, que muitos defendem que para ser vítima a criança ainda precisar provar que doeu, que sangrou e que ela não queria.

O uso do termo ESCCA, portanto, desconsidera a base histórica da questão. Temos aqui uma das formas de expressão e solução de questões pela perspectiva da pós-modernidade² atrelando as propostas de enfrentamento aos

2 Para maiores informações: HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

limites da emancipação política³. As ações de enfrentamento poderiam lograr êxito em conquistas para a classe trabalhadora, embora saibamos que a liberdade de fato coletiva só é realizável pela emancipação humana⁴, esta que se evidencia concretamente somente a partir da superação da base constitutiva violenta da exploração do trabalho. Por conseguinte, para dialogar sobre a liberdade é preciso falar no fim das explorações que conhecemos, para entendermos que a mediatização das relações sociais capitalistas ocorre pela noção de propriedade privada.

Ressaltamos ainda que não pretendemos aqui tratar da questão com profundidade a nível mundial, mas contribuir para com o debate na cena brasileira trazendo elementos obtidos também a partir da questão na França e aspectos da cena global.

2. ESCCA E A PROSTITUIÇÃO NA CENA BRASILEIRA

O termo ESCCA é massivamente difundido entre técnicos do trabalho social, nas ações de enfrentamento, por núcleos de estudos, pesquisas e pela extensão universitária. Para tratarmos desse debate não poderíamos deixar de recorrer a história como ciência primeira, detentora de elementos centrais.

Recorrer a polêmica da prostituição, ainda que brevemente se faz necessário, pois tal violência sexual já foi nomeada por prostituição, ou prostituição infanto-juvenil, dentre outras, formas estas que perduram no ideário popular e até mesmo técnico até a atualidade. Nesse sentido, iniciamos por buscar contribuir delineando o conceito de prostituição.

Segundo o dicionário crítico do feminismo temos alguns posicionamentos fortemente defendidos, como o de Claudine Legardinier que diz que a prostituição é uma forma organizacional nacional e internacional lucrativa de explorar sexualmente o outro, tal posição não concorda com o termo “trabalhadoras do

3 Em Marx(2010a) temos que se trata da garantia legal da cidadania nos limites da sociedade burguesa, ou seja, emancipar legalmente as pessoas pela garantia formal de acessos e direitos.

4 Por Marx (2010a, p.54), '[...] só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas "*forces propres*" [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política*'.

sexo”, pois advertem que isso legitima o sexo como mercadoria. Já Gail Pheterson define a prostituição como uma regulação das relações sociais sexuais expressando a existência intermitente de trocas econômicas-sexuais, ressalta ainda que a prostituição seria somente uma dessas formas (ABREU, 2014).

Em Marx (2013) a exploração sexual aparece como partícipe da exploração da classe trabalhadora, constitutiva das sociedades de classes, como relações econômico-sexuais. Na sociedade capitalista a exploração sexual aparece como relações mercantilizadas, tanto as chamadas de prostituição, como outras nomeadas até mesmo de casamento.

No campo marxista existem distintas perspectivas, segundo Rago (2008) alguns posicionamentos marxistas não veem a prostituição como trabalho. A referida autora é reconhecida por estudos na área, inclusive pelas lideranças dos movimentos de trabalhadoras sexuais, pois em seus escritos a mesma se preocupou com os processos históricos, de organização e luta da categoria. Rago (2008) ainda expõe que a prostituição se evidencia na contemporaneidade sob novas vestes, uma vez que seria realizada não somente por pessoas em condição de pobreza, como também por pessoas que recorrem como um trabalho como qualquer outro.

A pobreza não é condição única para prostituição feminina, o que não exclui o caráter da dependência socioeconômica das mulheres ser constitutivo da sociedade capitalista. Posto que a alienação está intimamente condicionada as relações sexuais capitalistas, tanto na família monogâmica quanto na prostituição, tornando-se agravante quando se trata da classe trabalhadora.

Notoriamente, temos nessas relações sociais uma busca pela essência humana, em contrapartida temos que há um fetiche expressa a barbárie e a desumanização possibilitada a partir da mercantilização e objetificação, tornando o outro objeto de posse. Acerca da humanização das relações sexuais Heller diz que

No relacionamento entre os sexos, o afastamento dos limites naturais aparece teoricamente, contudo, sob forma diferente da de todos os outros tipos de contato humano, simplesmente porque é a única relação humana baseada no instinto biológico (natural). [...] O instinto sexual é, [...] uma

4

absoluta e ineliminável base para o contato entre os sexos. Ele não pode ser afastado, mas sim humanizado (HELLER, 1971, p. 221).

Em Saffioti (1976, p. 177) '[...] a prostituição no regime de mão-de-obra livre desnuda sua natureza exclusivamente comercial e, portanto, sua essência enquanto exploração de uma classe social por outra', não há aqui conteúdo que desqualifique as lutas e posicionamentos das trabalhadoras sexuais, pelo contrário, acreditamos que tais lutas sejam estratégias de sobrevivência e até resistência da classe trabalhadora nos limites do capital.

De acordo com Lessa (2012), os processos de resistência sempre se fizeram e se farão presentes, assim como os escravos resistiram a exploração, as mulheres e esposas resistem, embora faltem condições históricas necessárias a superação das opressões e, em última instância, do capital (LESSA, 2012). Ressaltamos que assim como as lutas mais imediatas da classe trabalhadora, as lutas das trabalhadoras sexuais são relevantes, embora não possamos deixar de pontuar que tais lutas explicitem o caráter reformista e a crença de que emancipar politicamente resolveria a questão.

A título de exemplo pensemos a prostituição formalmente vinculada ao mercado. Neste caso a probabilidade de prejuízos seria gigantesca, pois a maior exigência dos clientes é o sigilo. A burocratização, por consequência, dificultaria o acesso por meio de taxas e impostos, fiscalizações abusivas aos locais de trabalho, entre diversas questões que comumente já assolam as demais profissões liberais.

A luta por direitos e regulamentações é legítima e deve ser fortalecida, porém, a contradição presente na lógica da cidadania é inegável. Sobre isso temos em Marx que:

O Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, estamento, formação e atividade laboral como diferenças apolíticas, ao proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. [...] Longe de anular essas diferenças fáticas, ele existe tão somente sob o pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e a sua

universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele (MARX, 2010a, pp. 39-40).

Anular características que exprimem a (im) possibilidade de acesso dos sujeitos, faz com que a grande parcela da sociedade que não possui propriedade privada se veja desprotegida legalmente, já que essa mediatização determina as condições de luta pelas vias do direito burguês no Estado burguês.

Acerca desses elementos, vale recorrermos ao partido Bolchevique da Rússia que dentre diversas contribuições, determinava o nível de liberdade coletiva medindo o nível de liberdade da mulher em sociedade. Para atingir a liberdade coletiva, defendia o fim da família monogâmica, pelo o início de relações livres de dependência econômica e obrigatoriedades conjugais. O partido defendia também a socialização do cuidado dos filhos, como filhos de todos e não como propriedade privada de famílias individuais, como também falaram sobre a socialização do trabalho doméstico, essa última como condição prioritária para o acesso da mulher a vida comunitária (GOLDMAN, 2014).

Analogamente a essas acepções lembremos Trotsky analisando a revolução:

No outono passado, o *Izvestia* revelou de súbito que “cerca de mil mulheres que se dedicavam nas ruas de Moscou ao comércio secreto do seu corpo” acabavam de ser detidas. Entre elas, cento e setenta e sete operárias, noventa e duas empregadas, cinco estudantes, etc. O que as lançava para as ruas? A insuficiência do salário, a carência, ou a necessidade “de arranjar algum suplemento para comprar sapatos ou um vestido” [...] Mas é imperdoável falar no triunfo do socialismo enquanto subsistir a prostituição. [...] o retorno às relações fundadas sobre o dinheiro leva, inevitavelmente, a um novo aumento da prostituição e da infância abandonada. Onde há privilegiados, há também párias (TROTSKY, 1980, p. 104).

Com o intuito de enfatizar as questões suscitadas, lembremos de Marx (2010) quando falando da importância do fortalecimento da classe, que deve ser construído pelo fim da exploração de classes como um todo, posto que:

A prostituição é somente uma expressão particular da prostituição universal do trabalhador e, posto que a prostituição é uma relação na qual entra não só o prostituído, mas também o prostituidor – cuja infâmia é ainda maior – assim cai também o capitalista etc., nessa categoria (MARX, 2010, p. 107).

A partir dessas explicações podemos buscar por entender o movimento de ruptura do uso da palavra prostituição quando falando de crianças e adolescentes, tal desvio é feito para enfatizar que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) até 17 anos e 11 meses, toda criança e adolescente é vítima caso haja exploração sexual. No entanto, o mesmo adolescente ao completar 18 anos, independentemente de sua condição de vida, segundo a lei, teria as condições para escolher se quer ou não estar em prostituição, ou seja, definir se sente que é explorado sexualmente ou se é um trabalhador sexual.

O termo ESCCA ganhou rapidamente espaço em todas as esferas de lutas brasileiras, Leal & Leal (2002) estudiosas da área dizem que tal feito iniciou com as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) brasileiras de meados dos anos 90. A partir de denúncias que fizeram emergir grandes manifestações de repúdio, tornando-se pauta para reivindicações.

Em 1996 ocorre o I Congresso Mundial contra a ESCCA, na Suécia em Estocolmo, momento reconhecido por traçar conceitos e propostas que dão relevo ao tema para políticas públicas (FALEIROS, 1995). O termo prostituição infanto-juvenil foi inutilizado por considerarem que ele retirava da questão o seu ponto central que é a criança e o adolescente como vítimas. O novo termo definido foi ESCCA, buscando diferenciar ESCCA de prostituição. Assim, estudiosos brasileiros iniciam a busca por delinear quais fenômenos podem ser enquadrados a esse termo e como poderiam melhor conceituá-lo.

O que está caindo em esquecimento nessas análises ou aparece com caráter menos relevante é que a violência é constitutiva do capitalismo, como também a desumanização das coisas. Sendo assim, o mundo do capital possui a capacidade destrutiva das forças produtivas pela via da desumanização das relações sociais, ou seja, a noção de mercadoria vai sendo difusa de modo a

coisificar tudo, ainda que estejamos falando de noções que detenham maior expressão subjetiva. Essa ideologia objetifica pessoas, principalmente mulheres, meninas e jovens do sexo feminino.

Crianças e adolescentes no Brasil há não muito tempo atrás se casavam, tinham filhos, sendo algo aceito e até incentivado. Atualmente, apesar de todas as políticas de enfrentamento, legislações sobre crime de estupro, abuso e exploração sexual, o Censo de 2010 mostrou que 42.850 mil crianças de 10 a 14 anos vivem em união estável, e 261.100 mil adolescentes de 15 a 17 anos vivem em união estável ou são casados sob aval de responsável (CENSO, 2010). Ademais, em diversos países do mundo essa prática é contemporânea, aceita e até defendida.

As políticas de enfrentamento têm logrado êxito no aumento de denúncias, embora as ações de enfrentamento sejam irrisórias, paliativas e não consigam realizar a prevenção. Há uma restrição na problematização da questão como um 'jogo de poderes', que lhes garante a defesa de que 'enfrentar' é dar 'poder' a esses sujeitos e as suas famílias. Faleiros (1999), é um desses autores que trabalha com a categoria '*empowerment*'.

Tal empoderamento é baseado no uso de espaços de sensibilização ao Estado e a comunidade de forma preventiva, bem como em serviços que trabalham com base tendenciosamente reflexiva. Buscam 'empoderar' sujeitos com palavras e transferência de renda, visando a redução da vulnerabilidade.

Concretamente, a exploração sexual é uma relação social estabelecida pela mediação da troca, por caronas, bebidas, roupas, propostas sexuais, entre outros como toques, beijo e penetração. As crianças e os adolescentes necessariamente se colocam ou são colocados nessa condição para acessar coisas, necessidades de consumo, criadas pelo ideário burguês, que expressam a dependência socioeconômica como característica central, sendo assim, uma expressão da alienação do trabalho sobre esses sujeitos em desenvolvimento.

Defendendo propostas que visam a proteção dessas crianças e adolescentes, essa perspectiva, portanto, desvincula a ESCCA da prostituição, tratando-a como algo particular a ser enfrentado, nomeando-o de uma nova forma. O equívoco está ligado ao fato de que legislações não mudam valores e aspectos

culturais, pois não ultrapassam os limites da cidadania, ou seja, do imediato, aparecendo fragmentado. Obviamente, não há menção ou interferência na base constitutiva do fenômeno que é a exploração do indivíduo pelo indivíduo.

3 APROXIMAÇÕES COM O DEBATE FRANCÊS

A intencionalidade desse momento do trabalho é evidenciar as especificidades do debate francês sobre o termo e alguns elementos do trabalho social, por conseguinte, não pretendemos realizar estudos comparativos, pretendemos somente contribuir com o adensamento teórico, explicitando a fragmentação do termo de sua base constitutiva, esboçando, por fim, a que serve tal feito.

Para a realização deste estudo foram feitos dois estágios de observação, e duas entrevistas com profissionais de duas instituições de Grenoble que trabalhavam com violência sexual. Com o intuito de melhor esclarecer as análises realizadas perpassamos, primeiramente, pelos resultados das pesquisas, posteriormente por análises de documentos da condição do feminino na cena francesa e sua dependência financeira. Por fim, atrelarei brevemente o debate a entendimentos na cena mundial sobre a questão levantada.

A proposta visou a compreender se o termo ESCCA era utilizado, qual a perspectiva das profissionais e das instituições em que atuavam, como também, conhecer um pouco do trabalho social realizado com crianças e adolescentes sob suspeita ou confirmação de exploração sexual. As instituições Amicale du Nid e a L'Appart foram as acessadas, ambas terceirizadas.

As experiências foram adensadas com estudos franceses, tais como: documentos, relatórios das duas instituições e relatórios mundiais.

A partir desses estudos ficou evidente que a França entende prostituição, abuso e exploração sexual como violência sexual, independente da faixa etária, propondo o abolicionismo da questão via políticas sociais.

O termo ESCCA não é comumente utilizado, nem mesmo aparece em alguma legislação. Em estágio, questionei as profissionais entrevistadas sobre isso e, obtive que na língua francesa esse termo é agressivo e chocante, por isso

é recorrente a preferência por violência sexual, independentemente de quais sejam as especificidades do fenômeno.

Os limites desse estudo não permitiram adensamento suficiente para analisar a atuação profissional ou o trabalho profissional da área na França, mas foi possível conhecer um pouco da realidade.

Nesse sentido, a profissional da Amicale du Nid referiu que a instituição preconiza atuações de acordo com as legislações e normativas francesas. Relatou que há um aumento crescente da prostituição de imigrantes, que é acessado pelo serviço, enquanto que os franceses em prostituição não são acessados, embora os serviços saibam que existe.

Com relação as crianças e adolescentes explorados sexualmente, as profissionais da Appart e Amicale du Nid concordaram que as ações ficam a cargo de denúncia e flagrantes por parte da Polícias da infância, sendo direcionados aos serviços após os registros de ocorrência. Tal realidade é tão morosa e difícil de ocorrer que somente na Appart havia uma adolescente em atendimento. Os serviços, segundo as mesmas, acessam a prostituição de ruas, rodovias, tendo dificuldades para acessar os bares, as casas e as casa noturnas.

Os trabalhos das unidades são realizados por sensibilizações sobre violência sexual junto à comunidade, confecção de materiais de divulgação e apelo a denúncias. Realizam a produção de vídeos, panfletos, bem como, atendimentos institucionais e abordagens de rua.

A Appart, de acordo com a profissional, não atua pelo viés abolicionista, preferindo trabalhar a partir do desejo expresso pelo atendido, sendo este de ruptura com a prostituição ou de continuidade.

Evidenciamos que os posicionamentos das profissionais são intimamente atrelados aos institucionais, pois as falas sempre são referenciadas por deliberações e entendimentos pactuados institucionalmente.

Ressaltamos ainda que apesar de nossos esforços serem para direcionar o debate para questões sobre crianças e adolescentes, isso se mostrou inexecutável, posto que pelo que pudemos acompanhar não havia nada

específico para esse público, com exceção da Brigada de Polícia da Infância e ações de sensibilização ou programas socioeducativos para crianças já vitimizadas, nos mesmos espaços e com as mesmas propostas que existem para os adultos entendidos como violentados sexualmente. Ou seja, não há diferenciação de nomenclaturas e de processos de atendimento, pois entende-se que o fenômeno é único.

Buscando evidenciar aspectos referentes ao trabalho realizado na área e ao público atendido, estudamos dados do relatório fornecido pela Amicale du Nid que diz que majoritariamente falamos de mulheres, moças e meninas. Do total de pessoas que acessaram o serviço em 2013, 57 foram acompanhadas e 70 apenas para questões pontuais. Acerca da nacionalidade, 28 eram franceses, 20 Europeus, 8 Romenos, 5 Búlgaros, 2 Italianos, 3 Espanhóis, 1 Alemão, 1 da Albânia, 78 Africanos, 56 Nigerianos, 12 Camaroneses, 1 da Guiné Equatorial, 7 do Congo ou Senegal ou Mali (AMICALE DU NID38, 2013).

Além disso, temos que 99 atendidos não são franceses, tendo entre 16 e 76 anos, os que possuem mais idade geralmente são imigrantes de vinte anos atrás, ou ainda franceses que ingressaram na prostituição com 15 anos. As mulheres em maior número nigerianas aparecem com a idade média de 30 anos (AMICALE DU NID38, 2013).

Além da prostituição, de acordo com os relatórios da unidade, muitas das atendidas recebiam transferência de renda, ou algum auxílio de familiares, ou ainda, recebem valores de salários, estágios, auxílio desemprego ou aposentadoria. Vale enfatizar que os recursos de transferências de renda, aposentadorias giram em torno de 400 euros por mês, um valor baixo considerando o custo de vida.

Segundo relatório da Appart (2013) a maioria das mulheres imigrantes tiveram casamentos forçados em seus países, arranjos ou haviam sido vendidas. A profissional da Amicale du Nid disse que muitas dessas mulheres não reconhecem a prostituição como uma violência sexual, por sua análise isso se deve ao fato de sofrerem violência no casamento.

Em 2013 na Appart passaram 75 atendidos, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1. Número de atendidos pela Appart em 2013 divididos por idade e sexo⁵

AGES	FEMMES	HOMMES
Moins de 18 ans	1	0
Moins de 21 ans	2	0
De 21 à 25 ans	24	1
De 26 à 35 ans	18	3
De 36 à 45 ans	10	5
De 46 à 55 ans	7	1
Plus de 55 ans	2	1
	64	11

Com relação a nacionalidade, 32 eram francesas, 3 da União Europeia (EU) e 40 Africanos. Destes, 47 viviam sozinhas; 27 sozinhas com filhos, e 1 vive em casal; dos quais, 16 recebem salários por trabalhos formais, 5 recebem bolsa estágio, 33 estavam sem recurso algum, os demais recebiam transferência de renda. Observamos que em sua maioria as atendidas são mulheres, jovens, de 25 a 45 anos.

Como vimos a centralidade da alienação nas relações é base constitutiva da ordem capitalista independente de estarem em relações monogâmicas ou relações de prostituição, o viés econômico social se expressa e é vivido a duras penas para as mulheres, moças e meninas. A partir destes elementos, faz-se interessante destacarmos aspectos sobre a condição de vida das mulheres na França, visando a adensar e aproximar o debate, para evidenciarmos que é preciso tratar de algo mais amplo, que consiste na luta das mulheres da classe trabalhadora, ou melhor, da classe trabalhadora como um todo pelo fim da exploração do trabalho.

Durante o mestrado foi feito um seminário sobre a condição das mulheres no mercado de trabalho francês, por meio deste ficou comprovado que a desigualdade das condições de trabalho femininas em relação a dos homens é gritante. A discriminação ainda interfere severamente, se expressando por setores restritos a homens com salários maiores, e setores destinados historicamente as mulheres com salários menores; além de homens recebem

⁵ A tabela foi retirada da seguinte fonte FRANCE ALTHEA. *Rapport d'activité 2013*. Grenoble: Althea, 2013.

salários maiores que mulheres ainda que estes ocupem os mesmos cargos nas mesmas empresas ou setores.

Além disso, os documentos estudados apontaram que em momentos de crise como em 2014 e 2015, o emprego das mulheres é sustentado com menores salários e cargos que requerem menor qualificação do que as que as mesmas possuem, ou ainda ocorre o aumento da oferta de trabalho em tempo parcial.

As francesas possuem também muitas dificuldades com relação a retomar a carreira pós gozo de licença maternidade que pode durar até dois anos – podendo ser dividida entre o casal. Para casos de pensão alimentícia, existe uma facilidade que consiste em solicitar diretamente à CAF (Caisse d'Allocations Familiales, em português Fundo de Abono de Família), que deferirá os casos com documentação em ordem, pagará e irá em busca de reaver o recurso com a outra parte.

Acerca da condição de vida das mulheres na sociedade francesa, é possível, por conseguinte, inferir analiticamente que embora existam programas sociais mais abrangentes e diversificados, a mulher empobrece quando se separa ou quando é uma família de mulher com filhos. As estratégias de sobrevivência criadas por elas consistem em constituir outra família monogâmica, conciliar duplas, triplas e quadruplas jornadas de trabalho, considerando a prostituição como uma alternativa para compor a renda.

Alinhando tal questão ao debate da prostituição, a França como país de grande fluxo migratório possui diversas dificuldades de inserção para essa população, no que se refere a prostituição, as legislações e documentos estudados acabam por remeter o problema da prostituição aos imigrantes, como se não houvesse franceses nessa condição, ou como se o 'fechamento das portas' pudesse solucionar a questão.

Esse estudo, nesse sentido, buscou trazer também elementos determinantes dos documentos estudados para expressar que a prostituição dos imigrantes é a que mais aparece pela desproteção dessa população, já as

francesas acessam políticas protetivas imensuravelmente mais significativas para a melhoria da condição de vida.

A França é conhecida por suas políticas sociais de redistribuição de renda, políticas de salários mínimos mais equitativos, no entanto, o neoliberalismo tem sido um projeto societário aderido e difundido como melhor solução às crises do capital. Em contrapartida, a inocuidade das políticas sociais em contexto neoliberal expressa como é imprescindível a luta por políticas estruturantes e não por transferências de renda e propostas paliativas ao direito ao trabalho.

Sobre isso na cena francesa podemos tomar como exemplo o relatório da Appart esboçando a confusão entre políticas para imigrantes e políticas de habitação, pois os serviços que trabalham com violência sexual reivindicam acolhimentos institucionais específicos para o seu público. No entanto, o governo tem atendido somente ações de combate a pobreza e pela inclusão social, excluindo demandas particulares, tais como legislações sobre prostituição e projeto de reforma do direito ao asilo (APPART-ALTHEA, 2013, p.7, tradução minha).

A Diretoria Geral da instituição se expressou em nota, dizendo que a situação na França continua em degradação crescente, considerando a realidade econômica de crescimentos nulos e quedas de taxas, bem como a estimativa de aumento do número de pessoas vivendo em dificuldades financeiras. A nota aponta ainda a necessidade de mudanças efetivas que promovam a inserção social e a solução de problemas de habitação do país (RENOUD-GRAPPIN *apud* APPART-ALTHEA, 2013, p.9, tradução minha).

Não obstante, Mauriel (2012) infere que a luta contra a pobreza possui intencionalidade, ocorre em acordo entre diversos países, ou seja, não é algo esporádico no mundo, ocorrendo como manobra de enfrentamento como se a “questão social” fosse algo neutro, um mero problema social, passível de solução sem interferir na base constitutiva que é o modo de produção capitalista.

A luta pelo combate a pobreza, retira a historicidade das análises de tal forma a tomar a aparência como essência, ou ainda, toma a pobreza como

fim último a ser solucionado, quando na realidade trata-se de uma necessária revolução do modo de produção que gera a “questão social” como embate entre capital e trabalho, gênese do trabalho assalariado, alienado e explorado. Notadamente, assim como no Brasil, legislações não sanariam a questão da prostituição na França.

Ainda sobre lutas particulares tomadas como universais, analisando mais aprofundadamente o exemplo da ‘luta contra a pobreza’, ou luta contra o dito empobrecimento francês devido ao alto fluxo migratório, temos que, na realidade trata-se somente de efeitos do imperialismo (MÉSZÁROS, 2009). A relação evidente é entre o avanço das capacidades destrutivas do capital, frente as tentativas dos trabalhadores de novas chances de inserção trabalhista e, por outro lado, temos avanços das políticas de restrição de entradas nos países de capitalismo central.

Face ao exposto, temos que os interesses burgueses logram êxito frente as necessidades totalmente subsumidas da classe trabalhadora, ainda mais em se tratando de imigrantes, isso se faz incontestável quando analisamos a culpabilização do imigrante pelas mazelas da “questão social”, bem como os retornos via políticas sociais irrisórias para os mesmos (MÉSZÁROS, 2009).

Tais questões podem ser ilustradas por apontamentos do estudo Fundação Scelles, L’exploitation de la prostitution: un fléau mondial (A exploração da prostituição: uma febre mundial). Por este estudo temos que o aumento da quantidade de crianças em exploração sexual no mundo é causado pelo uso dos corpos das mulheres e crianças como objetos de publicidade e propaganda, vendidos pela internet, ou em casas de shows tanto em Bangkok como em Paris e Londres. Ademais, dizem que há um favorecimento político para abertura de fronteiras, empobrecendo uns, enriquecendo outros, a banalização da pornografia e o crescimento do uso da internet (FONDATION SCELLES, 2012, p.4, tradução minha).

De acordo com o mesmo estudo, o aumento da quantidade de crianças ‘em prostituição’ mundialmente seria facilitado pelo contexto de extrema pobreza e pela demanda de público jovem pelos clientes. Citam que na Ásia do

Sul de 30 a 35% das pessoas em prostituição estão entre 12 e 17 anos, na Índia 270 mil crianças vivem em prostituição e na América Latina são 40 milhões de crianças, aproximadamente, que vivem em prostituição ocasional ou regularmente (FONDATION SCHELLES, 2012, p.8, tradução minha).

O mesmo estudo não remete diretamente esses problemas aos países de capitalismo periférico, mas infere que esse 'problema' é recorrente nos países do ocidente com crescente número de famílias de classes mais desfavorecidas, e que possuem pessoas com fragilização e rupturas de vínculos familiares, casos de violências, como abuso e exploração sexual (FONDATION SCHELLES, 2012, p.9, tradução minha).

A revisão desses documentos objetivou dar entonação ao deslocamento proposital realizado no trato de diversos fenômenos, que são divulgados como essência, fato este que ideologicamente deturpa as lentes, fazendo com que se acredite que é possível pôr fim na exploração sexual de crianças e adolescentes sem incidir na prostituição.

4 CONCLUSÃO

O cerne deste trabalho foi contribuir com a problematização da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil e na França, sem grandes aspirações, ou seja, buscamos somente esmiuçar elementos históricos via documentos e propostas institucionais, que nos permitissem enfatizar o entendimento de que vivemos uma sociedade capitalista classista, patriarcal e machista, sendo que a exploração sexual de crianças e adolescentes, assim como a exploração sexual em totalidade é um fenômeno que reside na alienação das relações sociais sexuais. Destarte, o seu fim está unido constitutivamente ao fim imprescindível da exploração da sociedade capitalista.

As propostas de enfrentamento a exploração sexual, caminham no sentido contrário a emancipação humana, ficam nos limites da manutenção do *status quo* pela via da ampliação de políticas sociais como a de assistência social em detrimento de políticas estruturantes. Tais ações, cada vez mais, tem caído em descrença, haja vista que, não alteram a realidade junto ao sujeito, invés disso sustentam a condição de expropriação da classe trabalhadora.

A luta necessária, portanto, está atrelada a possibilidades concretas de conquistas de políticas estruturantes e da emancipação humana. Obviamente reconhecemos que não se trata de uma luta simples, posta com todos os elementos para ser realizada, ou seja, ressaltamos que existem condições históricas necessárias para que ocorra, mas somente por meio desta é possível falarmos de liberdade coletiva, que só é possível numa sociedade para além do capital.

A princípio a luta é pelo fortalecimento da resistência da classe trabalhadora que envolve superação das insuficiências das políticas públicas, principalmente do direito ao trabalho, renda, saúde, habitação, como também e principalmente, lutas por construir unidade entre a classe trabalhadora, com frente única de projeto.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, M. Dicionário crítico do feminismo. *Cad. Pagu*, n. 36, Campinas, jan./jun.2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000100017>. Acesso em 27 Mar.2014.

ESTOCOLMO, Suécia . *Declaración y programa de acción – Primero Congreso Mundial Contra La Explotación Sexual Comercial de los Niños*. Estocolmo: autores, 1996. Disponível em: <www.csecworldcongress.org/PDF/sp/Stockholm/Outome_documents/Stockholm%20Declaration%201996_SP.pdf>. Acesso em: 18 Fev. 2015.

IBGE. *CENSO 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 04 Abr. 2014.

FALEIROS, V.P. O papel do Estado e da sociedade civil na questão da exploração sexual de meninas e adolescentes. In: BONTEMPO, D. et al (org.). *Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil*. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO e Centro de Referência para Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA, 1995. p. 97-102.

_____. *Estratégias em Serviço Social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FONDATION SCELLES. *L'exploitation de la prostitution: um fléau mondial*. Paris: Fondation Scelles, 2012.

FRANCE L'APPART. *L'intervention sociale auprès des jeunes mineurs et jeunes majeurs*. Grenoble: Althea, 2010.

FRANCE ALTHEA. *Rapport d'activité 2013*. Grenoble: Althea, 2013.

FRANCE. *Bilan des activités*. Grenoble: Amicale du Nid, 2013. Disponível em: <<http://www.amicaledunid.org/index.php/les-etablissements/joomla-3/adn-grenoble>>. Acesso em: 20 Jan. 2015.

GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

HELLER, A. O futuro das relações entre os sexos. In: *A crise da família e o futuro das relações entre os sexos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

LEAL, M.L.P. A., LEAL, M. F. P. *Pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Brasil*. PESTRAF: Relatório Nacional. Brasília/DF: CECRIA, 2002.

LESSA, S. *Abaixo a família monogâmica!* São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. *O capital: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAURIEL, A. P. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In: MOTA, A. E. (Org.) *Desenvolvimento e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

MÉSZÁROS, I. *O século XXI. Socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2009.

PEREIRA, A.A. *Exploitation sexuelle: la condition de vie des filles de la classe ouvrière*. Memòire de Master 2 evaluation et management des politiques sociales. UPMF, Grenoble – France, 2015.

RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.

TROTSKY, L. *A revolução traída*. São Paulo: Global, 1980.